

Pressão de servidores preocupa governadores

*De acordo com Malan,
Estados que concederem
reajuste não
terão ajuda federal*

SORAYA DE ALENCAR
e VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA — Cresce a pressão dos servidores públicos por aumentos salariais — movimento puxado pelos policiais militares, que conseguiram reajuste salarial de 48,2% em Minas Gerais. O onda causa preocupação pelo menos aos governadores de São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Alagoas e Pará.

Os Estados que, a exemplo de Minas Gerais, concederem aumentos a funcionários, deverão reduzir gastos para arcar com as novas despesas, pois não terão socorro do governo federal. O aviso foi dado ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. "Eles vão ter de encontrar soluções internas", advertiu. Segundo o ministro, "a ajuda do governo federal se esgotou na assinatura dos protocolos".

Na renegociação das dívidas, já concluída com 18 dos 27 Estados — dentre eles São Paulo, que também sofre pressão para conceder reajustes —, foram traçadas as condições e os compromissos de pagamento de cada governo. "Vamos manter os termos dos protocolos", insistiu Malan. Com isso, o ministro reafirmou que, ao contrário do que deseja o governo mineiro, o governo federal não está disposto a abrir novas negociações para alterar os termos destes protocolos. O secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, disse o mesmo na terça-feira.

Ano eleitoral — Em todas as entrevistas que vem concedendo desde a última segunda-feira sobre os três primeiros anos do Plano Real e, a exemplo do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, Malan tem enfatizado que o equilíbrio das finanças dos Estados e municípios é fundamental para a estabilidade econômica. "É parte integrante da reconstrução e da modernização deste País que não só o governo federal, mas também Estados e municípios, cumpram fielmente os orçamentos", advertiu Malan.

O ministro manifestou receio em relação a 1998, lembrando que "em ano eleitoral há maior pressão por gastos, não há como tapar o sol com peneira". Mas disse não ser objetivo do governo "pautar compromissos por conta do calendário eleitoral".

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, também defendeu a contenção dos gastos públicos. De acordo com Kandir, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Títulos Públicos promoveu "um saudável salto no processo de austeridade".

Sergio Amaral/AE



O ministro da Fazenda: "Eles vão ter de encontrar soluções internas"